

PLANO DE GOVERNO

CANINDÉ 2025-28



PSB40

PLANO

DE

GOVERNO

CANINDÉ 2025-28

Versão 1.0
agosto/2024

Sede Administrativa | Escritório PSB - Travessa Ercilio Martins, 288, Bela Vista
CEP: 62700-000 Contato: (85) 9793-3448 E-mail: psbcaninde@gmail.com

INTRODUÇÃO.....	4
MACRO-OBJETIVOS.....	5
EIXOS ESTRATÉGICOS.....	8
I. EIXO ESTRATÉGICO - GESTÃO PÚBLICA.....	10
I. Administração.....	11
II. Finanças Públicas.....	13
III. Planejamento.....	15
IV. Fiscalização e Transparência.....	16
II. EIXO ESTRATÉGICO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
I. Geração de Emprego e Competitividade.....	20
II. Tecnologia da Informação.....	22
III. Indústria e Comércio.....	24
IV. Agricultura.....	26
III. EIXO ESTRATÉGICO - DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	28
I. Saúde.....	29
II. Educação.....	34
III. Assistência Social.....	38
IV. Segurança Pública.....	40
V. Cultura, Esporte e Turismo.....	42
IV. EIXO ESTRATÉGICO - INFRAESTRUTURA.....	45
I. Urbanismo.....	46
II. Mobilidade.....	48
III. Saneamento Básico.....	50
V. EIXO ESTRATÉGICO - MEIO AMBIENTE.....	52
I. Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	53

INTRODUÇÃO

Este material foi elaborado em parceria com especialistas técnicos e com a participação da população visando a reestruturação do município de Canindé, em especial a necessária modernização administrativa e, também, fundamental desregulação econômica, e ainda o desenvolvimento social e humano do município.

No atual cenário municipal com dificuldades das mais diversas áreas como, desemprego, infraestrutura, saneamento, assistência social e descrença da população com a política e políticos, é fundamental buscar incrementar melhorias na gestão pública e, ao mesmo tempo, gerar oportunidades, por meio de soluções criativas e inovadoras, para os desafios que afligem todas as estruturas da sociedade canindeense.

Desta forma, apresentamos nosso Plano de Governo, que será o instrumento que norteará nossa gestão, voltada para melhorias na qualidade de vida da população e com compromisso de inserir, definitivamente, Canindé como cidade pólo e referência nos indicadores econômicos, tecnológicos e sociais do estado do Ceará.

Para tanto, definimos nossa Missão, Visão e Valores:

Missão: Servir a população e promover o crescimento da economia e qualidade de vida no município;

Visão: Ser uma cidade referência em desenvolvimento e indicadores sociais, através de planos de melhorias contínuas nos processos e otimização de recursos, por meio de uma Governança Solidária Local;

Valores: Honra, Honestidade, Humildade, Simplicidade, Moral e Austeridade;

Este é apenas um ponto de partida, um conjunto de linhas e visões gerais para o atendimento às exigências do registro eleitoral. O Processo de elaboração de um plano estratégico de governo definitivo, que irá guiar nossas ações, será edificado a partir de debates amplos, de diálogos diversos e de estudos profundos das muitas realidades da cidade de Canindé.

MACRO-OBJETIVOS

O governo buscará alcançar, primordialmente, os seguintes grandes objetivos:

- I. **Servidores Públicos Municipais:** qualificar os servidores mediante a introdução de critérios que contemplem a meritocracia para a sua real valorização;
- II. **Saúde:** acessível, com uma gestão moderna e voltada à humanização, buscando melhorar o atendimento com informatização e automatização, além da expansão do atendimento;
- III. **Oportunidades:** para que todos possam, trabalhar, empreender e viver cada vez melhor;
- IV. **Assistência social:** garantir a inclusão social e direitos dos cidadãos com **igualdade** e respeito;
- V. **Segurança:** foco em prevenção e inteligência digital;
- VI. **Diálogo:** representatividade política com ética e transparência, sem privilégios e corrupção;
- VII. **Habitação:** assegurar o direito a moradias e garantir a regularização fundiária a todos os cidadãos que ainda estão impedidos destes direitos;
- VIII. **Educação:** assegurar o ensino de qualidade, com equipamentos de qualidade e gratuidade material;
- IX. **Cultura, Esporte, Recreação e Lazer:** privilegiar as manifestações locais e regionais;
- X. **Integração de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social:** adotar o princípio da articulação intersetorial objetivando proporcionar às famílias atendidas por esses cinco segmentos uma integração e uma articulação de suas ações, de tal forma que haja

uma unicidade de propósitos e de busca de resultados comuns, cuja coordenação será procedida por um comitê de especialistas, formado por servidores municipais e membros da sociedade civil, denominado Comitê de Integração Social (CISOCIAL);

- XI. **Saneamento Urbano:** incluir tecnologias de reaproveitamento dos resíduos que integrem oportunidades econômicas e conservação do meio ambiente, assim como reavaliar o fornecimento de água e tratamento de esgoto sanitário;
- XII. **Indústria e Comércio:** fomentar os mecanismos e estratégias de geração de emprego e renda, em especial, o revigoramento do setor industrial a captação de novos projetos industriais;
- XIII. **Agricultura:** fomentar e apoiar o aumento da produção e da geração de renda e empregos, assim como, incentivar uma maior participação do setor na balança comercial;
- XIV. **Meio Ambiente:** inserir e consolidar Canindé, de forma efetiva, na Política Nacional do Meio Ambiente, que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana;
- XV. **Urbanismo e Infraestrutura:** promover a gestão do tecido urbano, incluindo todos os distritos, visando a melhoria da mobilidade urbano, a conservação do sistema viário;
- XVI. **Ciência e Tecnologia:** criação do programa Inova Canin, inserindo Canindé na realidade da Tecnologia da Informação, Comunicação, Inovação e Serviços, fomentando e/ou incubando empresas de base tecnológica;
- XVII. **Parcerias:** estabelecer parcerias, em especial com Universidades e Faculdades, assim como, com o 3º Setor (entidades e organizações sociais) na condução da gestão pública;
- XVIII. **Captação de Recursos:** montar uma equipe especializada e multidisciplinar para captação de recursos junto a órgãos das esferas estadual, federal e internacional;



- XIX. **Redução de Custos e Prestação de Contas:** otimizar recurso monetários e humanos, planejar redução de gastos com automação de processos e disponibilizar para a população, de forma clara e objetiva, a prestação de contas de todos os recursos utilizados pelo Município, ampliando-se, assim, o controle social através de uma maior transparência na gestão pública municipal;
- XX. **Canindé de Volta ao Mapa:** que volta a ser uma cidade relevante para o Ceará;

EIXOS ESTRATÉGICOS

Os Eixos Estratégicos são temáticas estruturantes centrais nas quais são distribuídas as diretrizes estratégicas do Governo. Os Eixos Estratégicos facilitam a integração das ações governamentais e ajudam a entender as inter-relações das diversas áreas administrativas. A divisão nessas temáticas também ajudam no monitoramento e na avaliação dos resultados por Eixo, o que permite agir pontualmente e corrigir o curso das políticas públicas.

O conjunto de propostas do Plano de Governo está dividido em 5 (cinco) Eixos Estratégicos, assegurando o foco nos objetivos e gerando os valores necessários para a execução das ações compartilhadas.

Nossas propostas são alicerçadas em um conjunto de Eixos Estratégicos, cada qual delineado com áreas específicas de intervenção, que se encontram em plena consonância com as diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta agenda global, concebida para promover um desenvolvimento equilibrado, equitativo e sustentável, orienta nossa atuação mediante os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao abraçar essa agenda, reafirmamos nosso compromisso em perseguir metas que abrangem desde o combate à pobreza e a promoção da educação de qualidade, até a construção de cidades e comunidades sustentáveis e a mitigação das mudanças climáticas.

A adesão aos ODS da ONU nos impele a adotar uma abordagem integrada, que reconhece a interdependência das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Cada Eixo de nossa proposta é, portanto, desenhado para contribuir de maneira sinérgica para múltiplos objetivos globais. Este alinhamento estratégico com a Agenda 2030 não só nos guia na definição de prioridades, como também assegura que nossos esforços estejam harmonizados com as melhores práticas internacionais, promovendo um futuro próspero, justo e sustentável para todos.





EIXOS ESTRATÉGICOS	ÁREAS ESTRATÉGICAS	ODS
I. Gestão Pública	Administração Finanças Públicas Planejamento Fiscalização e Transparência	16, 17
II. Desenvolvimento Econômico	Geração de Emprego Tecnologia da Informação Indústria e Comércio Agricultura	8, 9, 11
III. Desenvolvimento Social	Saúde Educação Assistência Social Segurança Pública Cultura, Esporte e Turismo	1, 2, 3, 4, 5, 10
IV. Infraestrutura	Urbanismo Mobilidade Saneamento Básico	6, 7
V. Meio Ambiente	Meio Ambiente e Sustentabilidade Mercado de Carbono	6, 7, 12, 13, 14, 15

I. EIXO ESTRATÉGICO - GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública se dará pela observância inarredável dos Princípios Administrativos Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência), onde o cidadão será o único protagonista e beneficiário de todo serviço público, exercido com excelência e transparência.

Ter uma gestão eficiente é essencial para o sucesso de todas as áreas da Prefeitura. Partir de uma visão de longo prazo para definir e orientar as ações e processos cotidianos torna possível a fixação de metas finalísticas, voltadas à melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

A informatização dos serviços públicos é prioridade, facilitando a vida do cidadão e do servidor municipal. O planejamento será a base estrutural de toda gestão municipal, que será pensada e formatada em Programas e Projetos para todas as áreas de atuação, cuja execução terá acompanhamento diuturno, inclusive com participação da sociedade civil.

A intersetorialidade e transversalidade, que são mecanismos de gestão e integração de ações, saberes e esforços de diferentes setores da administração pública, com o objetivo de construir objetos comuns de intervenção entre eles, para o enfrentamento mais articulado dos problemas, terão prioridade em nosso Governo, pois numa administração moderna não mais é admitida a gestão em “caixinhas”. A interação e integração de todos os órgãos municipais serão exigidas na condução de todas as políticas públicas, na busca constante da convergência de objetivos, metas e ações.

Quanto ao servidor público municipal é primordial que seja realmente valorizado e reconhecido, para tanto será estruturada uma Reforma Administrativa que premie o mérito e resultados.

Para tanto, a palavra de ordem é a eficiência no uso dos recursos públicos, monitoramento permanente e a redução das despesas correntes, combate ao desperdício, assim como, a eficiência na contratação e na execução de obras públicas.

I. Administração

1) Implementar uma cultura de gestão por resultados na administração pública, valorizando bons servidores e melhorando o serviço público.

- Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal, promovendo maior eficiência.
- Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho.
- Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.
- Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.
- Revisar ou criar a Lei Municipal de Concursos Públicos, aprimorando os mecanismos de seleção, prevendo etapas de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências e criando a figura do Curso de Formação.
- Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar ineficiências, sobreposições e oportunidades.
- Revisar a estrutura de cargos em comissão da prefeitura para racionalizar a estrutura, muitas vezes disfuncional e inadequada.
- Proporcionar transparência aos cidadãos quanto aos dados de despesa de pessoal.

2) Modernizar e desburocratizar a prestação de serviços públicos, desenvolvendo uma oferta de Políticas Públicas transparente, digital e baseada em evidências.

- Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
- Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.

3) Otimizar a gestão dos contratos e do patrimônio público através do inventário e da venda de propriedades governamentais, privatizações estratégicas e revisão eficiente de contratos.

- Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização ou desocupação e realizando a venda de todos que possam ser melhor aproveitados diretamente pela sociedade.
- Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.
- Garantir transparência dos contratos expondo com clareza dados como objeto, valores e forma de pagamento.

4) Elaborar um planejamento para o desenvolvimento do município, coordenando políticas públicas com uma visão de longo prazo.

- Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.
- Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.

- Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades da cidade.

II. Finanças Públicas

1) Revisar, simplificar e digitalizar os processos internos e de atendimento ao público, para uma gestão eficiente da máquina pública.

- Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.
- Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
- Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.

2) Implementar boas práticas de elaboração e execução do orçamento para assegurar estabilidade e previsibilidade fiscal.

- Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
- Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
- Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.

3) Implementar estratégias para aumentar a receita sem aumentar impostos, reforçando o caixa do município.

- Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.
- Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
- Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS.
- Buscar receitas extraordinárias com ações como concessões, *naming rights* (concessão legal para nomear um evento ou local específico).

4) Estabelecer medidas de otimização de despesas, reduzindo gastos e promovendo eficiência na gestão dos recursos públicos.

- Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
- Renegociar e reestruturar dívidas com credores.
- Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.

5) Cobrar impostos e taxas sem distorções e defasagens, de forma transparente.

- Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.
- Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.

- Atualizar a planilha de valores de referência do IPTU, reduzindo a alíquota geral do IPTU para que não ocorra aumento da carga tributária para a população.

III. Planejamento

1) Elaborar um planejamento com uma visão de longo prazo, para o desenvolvimento do município.

- Instituir um modelo de Gestão Pública estruturada em Programas e Projetos por órgão municipal, estabelecendo uma agenda de prestação de contas mensal.
- Criar um Escritório de Gerenciamento e Acompanhamento da execução dos Programas e Projetos, incluindo-se a implantação de sistema próprio de monitoramento e avaliação.
- Criar um Escritório para sistematizar a captação de recursos junto aos órgãos estaduais e federais.
- Criar o projeto de descentralização dos serviços públicos para os diversos distritos, com o acompanhamento das ações de execução de Programas e Projetos nas respectivas regiões.
- Construir o Canindé 2050, um Planejamento Estratégico Municipal, a longo prazo, com participação da comunidade, definindo metas e os caminhos que o município precisa percorrer para atingir os objetivos enquanto cidade polo.

IV. Fiscalização e Transparência

1) Aprimorar e eliminar leis e normas desnecessárias, digitalizando e automatizando sistemas, para reduzir subjetividades e burocracias que dão origem a oportunidades de corrupção.

- Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.
- Reduzir a burocracia do poder público, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
- Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
- Criar o Programa Van Cidadão para agilizar os processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.

2) Criar ou aprimorar mecanismos de transparência e boa governança pública na gestão municipal.

- Garantir a transparência dos atos administrativos, normas e da consolidação e disponibilização de todas as normas legais e infralegais aplicáveis no âmbito municipal, e da divulgação de informações sobre o processo legislativo municipal, facilitando o controle do cidadão sobre seus governantes.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da implementação e atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável.
- Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canais específicos que possibilitem ao cidadão requisitar e receber informações e documentos,

acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade aos moldes da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR).

- Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.

3) Instituir boas práticas de integridade e prevenção à corrupção junto ao funcionalismo público e empresas em contrato com a prefeitura.

- Criar um Código de Integridade e Conduta tanto para o funcionalismo público quanto para empresas que mantêm grandes contratos com a Prefeitura, com capacitação e treinamento frequentes, visando assegurar práticas éticas e responsáveis, incluindo a regulamentação e a definição de potenciais conflitos de interesse.

4) Instituir ou aprimorar o controle interno no município, fortalecendo mecanismos de fiscalização e combate a irregularidades, especialmente em contratos e aquisições.

- Analisar e fiscalizar contratos em andamento, da gestão passada, com indícios de irregularidades e avaliar a possibilidade de realizar auditorias.
- Atuar com transparência e eficiência na fiscalização dos contratos administrativos da atual gestão.
- Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.

II. EIXO ESTRATÉGICO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O melhor programa social que existe é o emprego. Nos últimos 8 anos, entretanto, o desemprego ficou acima dos 10%. Entre jovens de 15 a 24 anos de idade, o resultado é ainda pior, acima de 20%, mostrando que nossos jovens têm ainda mais dificuldades para conseguir se inserir no mercado de trabalho e começar a vida adulta financeiramente independentes.

Conforme os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município de Canindé apresenta uma taxa de emprego formal de apenas 14,82%. Os trabalhadores formais da cidade recebem, em média, um salário mensal equivalente a 1,9 salários mínimos. Além disso, segundo o novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), até maio de 2024, Canindé conta com um total de 5.610 empregados registrados no sistema eSocial.

Parte dessa estagnação é causada pela dificuldade de empreender e inovar no país. São extensas a burocracia e a insegurança jurídica provocadas por regras complexas e incertas, os longos procedimentos para abrir e operar empresas, os códigos tributários confusos e as exigências excessivas de licenças prévias à atividade.

O papel do Governo Municipal será o de promover, induzir, estimular e catalisar ações que possam auxiliar na transformação das estruturas produtivas locais, visando a implantação de um processo de busca pela igualdade social.

Os municípios desempenham um papel de grande relevância na criação de um ambiente propício ao crescimento de negócios e à atração de investimentos. Eles têm uma função fundamental para remover as barreiras desnecessárias e simplificar as remanescentes para os empreendedores de qualquer porte. A Prefeitura também pode implementar infraestrutura adequada e fomentar a educação profissionalizante e técnica, alinhada às demandas do mercado local. Parcerias público-privadas podem ser essenciais nesse contexto, assim como a participação ativa dos municípios em redes de cooperação intermunicipal, visando ao desenvolvimento de polos econômicos regionais.

I. Geração de Emprego

1) Simplificar processos e leis e implementar políticas para fortalecer a livre concorrência, estimulando a abertura de empresas e a geração de emprego.

- Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.
- Criar ou Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.
- Criar Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
- Aprovar e implementar uma legislação de Sandbox Regulatório, criando um ambiente de teste de inovações entre entes privados, incentivando inovação e aumentando a produtividade da economia.
- Promover o uso de Zonas de Melhoria de Negócios (*Business Improvement Districts*), permitindo a coordenação entre empresas para o desenvolvimento de áreas da cidade, impulsionando o comércio, a segurança, o lazer, o desenvolvimento urbano e o turismo.

2) Facilitar o exercício de atividades profissionais e acesso ao emprego.

- Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis.
- Implementar política pública Programa de Estágio e Primeiro Emprego (PEPE), onde os jovens atuarão nas empresas

canindeenses parceiras do programa, visando a qualificação profissional com bolsa custeada pela prefeitura.

- Criar o programa Jovem de Valor com conjunto de ações para garantir aos jovens canindeenses, formação cidadã, qualificação para o mercado de trabalho e formação para o empreendedorismo, com direito a bolsa remunerada.
- Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município.
- Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.

3) Implementar medidas de atração de grandes projetos de negócios.

- Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.
- Planejar e executar projetos de parques industriais em parceria com o setor privado, considerando a vocação geográfica, logística e estrutural da cidade.
- Pleitear a implantação de Zonas de Processamento de Exportação, que simplificam o processo burocrático e tributário de operar empresas que se dedicam exclusivamente à exportação de bens e serviços.

4) Apoiar as atividades agrícolas.

- Trabalhar na regularização de terras e na emissão de escrituras, garantindo a legalidade e a segurança jurídica dos imóveis.

- Manter a infraestrutura adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público.
- Estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores, em técnicas de manejo, gestão de negócios e participação em licitações.
- Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e tecnologias voltadas à agricultura.

II. Tecnologia da Informação

1) Integrar tecnologias avançadas para construção de uma Cidade Inteligente (*smart city*).

- Incluir o Município nos indicadores de normas técnicas regulamentadoras para classificação como “Cidade Inteligente”, garantindo assim o foco da gestão na qualidade de vida dos munícipes.
- Buscar, com o apoio de instituições de ensino superior e técnico, a criação de projetos focados em Tecnologia da informação (TI), ampliando e favorecendo parcerias com empresas para o desenvolvimento de novas tecnologias.
- Promover a Lei da Inovação nº 10.973/2004, que tem como objetivo incentivar a conexão entre universidade, centros de pesquisa e as empresas. Para isso, são estabelecidos mecanismos que incentivam a cooperação para a produção científica, tecnológica e de inovação, baseando-se em três pilares:
 - Construir um ambiente de parceria entre empresas e ICTs (Instituições Científicas e Tecnológicas).
 - Estimular a inovação por parte das ICTs (Instituições Científicas e Tecnológicas).

- Estimular a inovação por parte das empresas privadas.
- Ampliar o estabelecimento de parcerias com Universidades e Faculdades locais para desenvolvimento de programas e aplicativos para atendimento às necessidades da administração municipal.
- Implantar um sistema integrado de trânsito de dados (caninde.ce.gov.br) envolvendo todos os órgãos municipais e, integração ao (gov.br).

2) Implementar medidas para a criação de um polo tecnológico.

- Oferecer isenções fiscais temporárias para startups e novas empresas de tecnologia que se estabeleçam na região.
- Desenvolver parques tecnológicos com infraestrutura de alta qualidade, incluindo internet de alta velocidade, espaços de *coworking* e laboratórios.
- Colaborar com universidades e escolas técnicas para criar programas de formação e pesquisa em áreas de tecnologia.
- Organizar conferências, *workshops* e seminários para promover o *networking* e a troca de conhecimento entre profissionais de tecnologia.
- Apoiar a realização de eventos de tecnologia para atrair talentos e investidores.
- Estabelecer um conselho consultivo com representantes do setor privado, governo e academia para orientar as políticas de inovação.
- Criar uma secretaria ou departamento específico para lidar com a tecnologia e inovação.

III. Indústria e Comércio

1) Criação de um ambiente propício ao crescimento de negócios e à atração de investimentos.

- Estabelecer segmento na Gestão Municipal com vistas à captação de empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços para instalação no Município.
- Criar uma Comissão responsável pela governança e coordenação do desenvolvimento local e para a implementação de políticas públicas que afetem os pequenos negócios, por zonas distritais.
- Estimular a criação, implantação e manutenção de incubadoras e cooperativas regionais, assim como o melhoramento do ambiente das empresas no município.

2) Promover a competitividade municipal em atração de capital privado em grandes investimentos.

- Criação de um Regime de Incentivos a Grandes Investimentos, que contemple a concessão de benefícios fiscais e administrativos, a simplificação de processos burocráticos e a disponibilização de infraestrutura adequada, visando atrair empresas de grande porte e estimular o desenvolvimento econômico e social do município, gerando empregos de qualidade e promovendo a inovação e a competitividade local.
- Criação de um *Business Improvement District* (BID) Industrial, estabelecendo uma parceria público-privada que fomente a revitalização e o desenvolvimento de áreas industriais estratégicas no município. Este BID Industrial será focado na melhoria da infraestrutura, na oferta de serviços especializados e na implementação de incentivos fiscais e administrativos, promovendo um ambiente propício para atração de novos investimentos, a expansão de empresas existentes, a geração de empregos qualificados e o fortalecimento da economia local.

- criação de um *Business Improvement District* (BID) Comercial, visando a revitalização e dinamização das áreas comerciais do município por meio de uma parceria público-privada. Este BID Comercial atuará na melhoria da infraestrutura urbana, na segurança, na promoção de eventos e na oferta de incentivos fiscais para comerciantes locais, fomentando um ambiente de negócios mais atrativo e competitivo. Com isso, buscamos impulsionar o comércio local, aumentar a geração de empregos e promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo para toda a comunidade.
- Implementação de um mecanismo de compensação tributária para empresas utilizando precatórios, buscamos criar um sistema inovador que permita a quitação de tributos municipais por meio de créditos de precatórios. Este processo visa otimizar a gestão fiscal do município ao proporcionar às empresas a oportunidade de reduzir sua carga tributária de forma transparente e regulada, enquanto melhora a liquidez financeira do erário. A compensação de tributos com precatórios não apenas aliviará a pressão fiscal sobre as empresas, mas também fortalecerá a capacidade do município em administrar suas finanças públicas de maneira mais eficiente, estimulando o desenvolvimento econômico local e promovendo um ambiente empresarial mais sustentável e dinâmico.
- Pleitear investimentos para a construção de galpões, visando atrair fábricas e Centros de Distribuições (CTs) para geração de emprego e renda.

3) Promover a capacitação e a oferta de profissionais altamente qualificados para o setor técnico-industrial e técnico-comercial.

- Implementando centrais de indústria, bem como outras atividades que conectem a população graduada para fins industriais às vagas disponíveis.
- Implementando centrais de comércio, bem como outras atividades que conectem a população graduada para fins comerciais às vagas disponíveis.

IV. Agricultura

1) Promover a base de desenvolvimento da atividade econômica rural.

- Expandir, manter e melhorar estradas rurais, que são indispensáveis para o tráfego da comunidade, além de garantir melhores meios de escoamento e acesso da produção rural.
- Agilizar a concessão de licenças ambientais aos produtores rurais, além de criar e divulgar programas de profissionalização e capacitação dos agricultores.
- Criar Sala do Agricultor, onde os agricultores possam encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas atividades agrárias.
- Fomentar e incentivar a produção de bens exportáveis, mediante expansão de lavouras temporárias e perenes, em especial, agricultura familiar aos moldes do PNAE e PAA.
- Elaborar e incentivar programas de profissionalização e capacitação para os pequenos produtores, apresentando a eles novas tecnologias e ferramentas.
- Criar programa de capacitação específica para os jovens da área rural, com vistas à melhoria da qualidade de vida e à sua fixação.
- Reestruturar o Mercado Municipal em parceria com a associação dos comerciantes locais, valorizando o mercado como ponto turístico.
- Pleitear intensificação dos programas federais, ampliar o programa municipal Hora do Trator e Seguro Safra e Vacinação da Febre Aftosa, para os agricultores canindeenses.

III. EIXO ESTRATÉGICO - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A responsabilidade dos municípios na promoção da saúde é ainda mais evidente ao observarmos os desafios enfrentados na área da imunização, componente crucial na prevenção de doenças e promoção da saúde pública.

Em relação à primeira infância, de acordo com estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Brasil possui 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos e, destas, 7 milhões vivem em pobreza. Quando aplicamos esse recorte de renda sobre o acesso à educação infantil, identifica-se que apenas 26% das crianças de famílias pobres frequentam creches.

No Contexto do município de Canindé, o percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos, o que corresponde a 55,43% da população a ser atendida, quanto ao percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos temos 96,91% de atendimento.

Para uma gestão municipal eficaz na área de assistência social, é fundamental adotar abordagens que vão além da ajuda imediata, concentrando-se na capacitação e na promoção da independência financeira e social dos beneficiários. A assistência social deve ser vista como uma “porta de saída” para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam superar suas dificuldades e se tornarem autossuficientes.

As políticas públicas voltadas para a cultura, o esporte e o turismo devem ser prioritariamente estruturadas a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos. O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia. Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, proteger imóveis, complexos arquitetônicos e regiões com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo ao esporte em parceria com a pasta da educação e assistência social.

I. Saúde

1) Melhorar a qualidade do atendimento no sistema de saúde municipal por meio da implementação de infraestrutura, tecnologias e uma gestão eficiente.

- Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.
- Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde, com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.
- Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
- Estabelecer parcerias para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde e hospitais municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.
- Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais, assim como a requisição e a locomoção de viaturas.
- Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União, priorizando o receituário azul.

- Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
- Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde.
- Implantar duas Unidades de Saúde nos extremos da cidade, com o intuito de otimizar e agilizar o atendimento à população em diversas demandas emergenciais e de saúde.
- Reativar o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e instituir um programa de odontologia móvel, com o objetivo de ampliar e intensificar o atendimento à população, garantindo acesso a cuidados dentários especializados e promovendo a saúde bucal de forma abrangente e inclusiva.
- Criação de um centro de imagens laboratoriais garantindo agilidade em respostas de curto prazo.
- Idealizar um centro de fisioterapia, destinado a proporcionar excelência em reabilitação e cuidados especializados, promovendo o bem-estar e a recuperação integral dos cidadãos.
- Estabelecer uma Unidade de Convivência do Autista (UCA), erigida com a finalidade de proporcionar um ambiente de excelência no apoio especializado e na inclusão social, promovendo o desenvolvimento holístico e a integração plena dos indivíduos com transtorno do espectro autista.
- Oferecer atendimento abrangente nas áreas de neuropediatria, fonoaudiologia e nutrição para crianças no espectro autista, assegurando cuidados especializados e integrados, promovendo o desenvolvimento pleno e a qualidade de vida das crianças atendidas, em consonância com as melhores práticas médicas.
- Idealizar a construção de um centro dedicado às especialidades pediátrica e obstétrica, concebido para oferecer atendimento de alta qualidade e referência na saúde infantil e materna. Este empreendimento visa consolidar um espaço moderno e bem

equipado, onde profissionais altamente capacitados possam proporcionar cuidados especializados, promovendo a saúde e o bem-estar das crianças e gestantes com a máxima eficiência e excelência.

2) Fortalecer a saúde da família e ampliar o acesso a serviços médicos.

- Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
- Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, com foco especial em pequenas cidades e regiões isoladas, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associadas a equipamentos e telelaudo.
- Formar parcerias com entidades sem fins lucrativos e prestadoras de serviços para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
- Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
- Promover consultas e orientações sobre pessoas com doenças ocultas, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
- Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (*Point of Care*) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica

- Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora, criando contra-turnos, em vista da população com trabalhos noturnos.
- Ampliação da rede de atendimento básica de saúde com profissionais especializados.
- Implantar cursos especializados sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de capacitar profissionais e familiares.
- Estabelecer apoio abrangente às mães de filhos no espectro autista, assegurando-lhes suporte contínuo e especializado, proporcionando o acolhimento, orientação e recursos adequados.
- Promover a elevação dos padrões de excelência no transporte sanitário destinado à Fortaleza ou à perícias, através da implementação de aprimoramentos estratégicos que assegurem maior eficiência, segurança e conforto na mobilidade dos pacientes e no atendimento emergencial.
- Instituir um programa abrangente de apoio às gestantes, oferecendo suporte contínuo desde o período de gravidez até os primeiros meses de vida da criança. Este programa visa proporcionar assistência especializada, orientação e recursos essenciais para assegurar a saúde e o bem-estar tanto da mãe quanto do recém-nascido, promovendo um desenvolvimento saudável e equilibrado.

3) Aprimorar o sistema de monitoramento e vigilância sanitária, garantindo o controle de qualidade dos alimentos e a saúde pública por meio de inspeções e sistemas de alerta eficazes.

- Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em

vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.

- Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.
- Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais.
- Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município.
- Implementar um programa de capacitação dos servidores que empenham seu trabalho, em especial com produtos químicos e de alta periculosidade, garantindo EPI's, materiais diversificados e seguindo as normas sanitárias.
- Revisar os procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.

4) Expandir as campanhas de vacinação, enfatizando a importância da imunização para grupos prioritários e para a saúde pública em geral.

- Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna.
- Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à

vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora.

- Implantar equipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
- Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.

5) Melhorar o planejamento e a conexão entre as políticas de saúde das cidades, estados e Governo Federal, seguindo as regras do SUS e usando dados e cooperação para tomar decisões.

- Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais do estado, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.
- Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas.
- Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento regionalizado, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.
- Assegurar o pleno cumprimento dos direitos trabalhistas para todos os profissionais envolvidos no sistema terceirizado de saúde, garantindo uma remuneração digna e a integral observância das normativas legais. Este compromisso visa não apenas assegurar a equidade e a justiça social, mas também

promover a valorização do trabalho e a excelência no atendimento à população.

II. Educação

1) Eliminar as filas da educação infantil, garantindo oferta de vagas para toda a demanda do município, especialmente para as crianças mais vulneráveis.

- Buscar parcerias no Governo Estadual e Federal para a construção de novos centros de educação infantil.
- Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e vagas de vales.

2) Aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino, garantindo que alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias.

- Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
- Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a Educação recuperação das habilidades de leitura e escrita.
- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.
- Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, sempre que possível.
- Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares

motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.

- Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, kit educacional e reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.
- Implementar, quando necessário, um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.
- Um projeto de incentivo, exaltando alunos e professores destaques, que estabelece premiações e bolsas, promovendo o reconhecimento de talentos e conquistas com excelência.

3) Assegurar que o conteúdo ensinado nas escolas seja adequado e pertinente.

- Assegurar e ampliar o alinhamento do currículo municipal às expectativas de aprendizagem previstas no conteúdo programático, documentos normativos e na legislação.
- Qualificar a equipe da secretaria, com a participação de especialistas em educação, para implantação de mecanismos de gestão pedagógica.
- Apoiar e criar incentivos para que a direção da escola, com o apoio da coordenação pedagógica, acompanhe os planos de aula desenvolvidos pelos docentes, garantindo a aderência ao currículo estabelecido.
- Registrar, se possível de forma digital, os documentos de acompanhamento dos planos de aula criando, assim, um arquivo para acompanhar o cumprimento do currículo e viabilizar ações de aprimoramento da gestão curricular.

- Pesquisar o trabalho pedagógico de escolas públicas e privadas de referência para inspirar-se em boas práticas e inovações, visando à adoção de estratégias de ensino eficazes que possam ser adaptadas ao contexto.
- Implementar um escopo-sequência, que detalha as habilidades, objetos de conhecimento e expectativas de aprendizagem a serem ensinados em cada ano de forma progressiva, para orientar os professores sobre como transformar todas as habilidades em um plano coerente de aprendizagem.
- Oferecer formação continuada à coordenação pedagógica e docentes sobre elaboração e uso de escopo e sequência e planos de aula, incentivando a formação extra acadêmica.

4) Criar mecanismos de valorização e reconhecimento aos docentes e gestores escolares pela melhoria da aprendizagem e assiduidade.

- Fomentar a profissionalização dos servidores e garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula, visando a parceria com Universidades e Instituições para profissionalização em *lato sensu* e *stricto sensu*.
- Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
- Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.

5) Otimizar a gestão e recursos educacionais por meio de parcerias, autonomia financeira e desenvolvimento profissional.

- Ativar parcerias com governo estadual e municípios próximos para compartilhar recursos, estratégias e experiências.
- Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos

recursos, utilizando o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDD) Municipal.

- Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
- Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.

6) Oferecer diagnósticos precisos e de qualidade aos estudantes visando aprimorar a educação inclusiva na rede pública de ensino.

- Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para realizar testes e diagnósticos em crianças da rede pública, tendo em mente resultados fidedignos.
- Contratar assistentes terapêuticos, para escola, para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
- Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.

III. Assistência Social

1) Desenvolver diagnósticos sociais detalhados dos territórios para identificar suas características específicas.

- Elaborar um diagnóstico socioterritorial para mapear as necessidades e potencialidades dos territórios, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.

- Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.

2) Facilitar o acesso a serviços e benefícios sociais para pessoas em situação de vulnerabilidade, visando garantir direitos básicos e promover autonomia.

- Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.
- Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.
- Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.
- Implantar a presença de advogados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e na Unidade de Convivência do Autista, visando oferecer suporte jurídico especializado, assegurando o pleno exercício dos direitos das famílias e indivíduos atendidos, promovendo a defesa e a inclusão social por meio de orientação legal acessível.

3) Fortalecer e expandir redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, para desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência.

- Estabelecer parcerias entre o setor privado e organizações do terceiro setor, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de

capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.

- Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, imigrantes, a comunidade LGBTQIA+ e outras populações em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.
- Idealizar a Delegacia da Mulher e a Casa da Mulher Brasileira, assegurando a proteção e os direitos das mulheres, buscando oferecer atendimento especializado, promovendo um ambiente seguro e acolhedor, com vistas à garantia plena dos direitos fundamentais.
- Ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação profissional e mutirões em parceria com empresas locais

4) Fortalecer a gestão da Assistência Social em resposta às necessidades comunitárias.

- Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.
- Firmar parcerias entre municípios para compartilhar recursos, expertise e responsabilidades no cuidado de alta complexidade.

IV. Segurança Pública

1) Produzir e monitorar dados claros e precisos de incidência de crimes, permitindo a focalização e a territorialização das ações de prevenção e combate, especialmente nas regiões mais críticas.

- Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.
- Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e zeladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal.
- Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança.
- Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.

2) Construir um plano intersetorial de prevenção e combate ao crime, coordenando planos de ação junto às forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.

- Estruturar intervenções integradas de prevenção ao crime, em cooperação com as áreas de cultura, educação, saúde, assistência social e com as forças de segurança.
- Elaborar uma Operação Delegada, onde o município contrata a Polícia Militar de seu estado para desempenhar funções de fiscalização, nos moldes da Lei Municipal 14.977/2009 de São Paulo (SP).
- Em conjunto com as forças de segurança, implementar intervenções tecnológicas e rotinas de patrulhamento nas áreas de alta criminalidade mapeadas como pontos de calor do crime.

- Autorizar que associações de moradores formalmente registradas possam implementar estrutura física de monitoramento e segurança, bem como contratar serviços de vigilância privada que atuem em conjunto com as forças de segurança.

3) Aumentar a efetividade da gestão municipal na promoção de segurança, inclusive da Guarda Municipal.

- Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado, como o Grupo Tático Motorizado, dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança.
- Instalar um Centro de Controle Operacional, ao exemplo de um setor de videomonitoramento, para coordenar as ações, reunir e analisar informações, e alinhar políticas públicas de segurança com forças de segurança e os serviços de emergência.

4) Implementar práticas preventivas e reativas de Defesa Civil, criando sistemas, planos e intervenções que protejam vidas.

- Mapear áreas em risco de alagamento, desabamentos de morros e encostas, vendavais e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas.
- Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como estabilização de encostas, manutenção e expansão do sistema de drenagem.
- Implementar um sistema de notificação de riscos que emita alertas para moradores da cidade e das áreas de risco.

- Capacitar a equipe de segurança municipal e demais órgãos relacionados e promover programas de educação e conscientização para a atuação em caso de desastres naturais.
- Coordenar ações de monitoramento e resposta a desastres naturais com as forças estaduais e federais e com o Centro de Comando e Controle municipal.

V. Cultura, Esporte e Turismo

1) Aumentar o acesso ao esporte de lazer e competitivo com eficiência de gastos, reduzindo a dependência da prefeitura.

- Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação e atrair patrocínios.
- Atrair eventos esportivos para a cidade.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade, principalmente em equipamentos públicos como quadras e campos.
- Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.
- Implantação de um Centro de Educacionalização em Cultura, Artes, Esportes e Música (CAEM).

2) Aumentar o acesso à cultura com eficiência de gastos e reduzindo a dependência da prefeitura.

- Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas.

- Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação.
- Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
- Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais.
- Buscar parcerias para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços.
- Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade.
- Implementar um processo de revisão periódica dos tombamentos existentes para garantir que atendam aos critérios atuais de valor histórico, cultural e arquitetônico.
- Estabelecer um processo transparente e baseado em critérios claros para eventuais novos tombamentos, garantindo a devida indenização a proprietários e evitando influências políticas e critérios desarrazoados.
- Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.

- Promover um calendário anual de festividades, fomentando a cultura e o setor turístico durante todo o ano, fidelizando os agentes culturais.

3) Potencializar o turismo e a valorização da identidade local para ampliar o apelo turístico e elevar a qualidade dos serviços oferecidos na cidade.

- Estabelecer parcerias com o setor privado, governo estadual e federal para investimentos em infraestrutura turística e eventos.
- Estruturar e modernizar a Rua João Pinto com iluminação e pavimentação intertravada (bloquetes), tornando-a mais uma atração turística da cidade, com a sua ambientação.
- Promover eventos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
- Explorar colaborações com entidades do setor privado e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
- Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
- Estabelecer colaboração entre os municípios, localizados no sertão de Canindé, para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
- Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.
- Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a



aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial.

IV. EIXO ESTRATÉGICO - INFRAESTRUTURA

As cidades brasileiras são responsáveis pela construção e manutenção de vias públicas, oferta de serviços essenciais, como saneamento básico e iluminação pública, e pela promoção de políticas que incentivem o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população local. Ainda, os municípios podem buscar parcerias com os governos estadual e federal, assim como com a iniciativa privada, para viabilizar investimentos em infraestrutura que atendam às necessidades da população.

Acontece que a maioria dos municípios brasileiros estão em restrição fiscal, de modo que não conseguem financiar a expansão da infraestrutura pública. Considerando essa realidade, parcerias com o setor privado são essenciais, permitindo que as empresas invistam na instalação da infraestrutura, aliviando a pressão sobre os recursos públicos limitados. Nesse sentido, houve um significativo aumento nos últimos anos de parcerias público-privadas voltadas à transformação das cidades em cidades inteligentes (*smart cities*) por meio da implantação de uma malha inteligente (*smart grid*), responsável inicialmente pela gestão do parque de iluminação pública municipal, mas que pode integrar soluções de tecnologia que otimizam a prestação de serviços como o transporte público coletivo, a segurança pública e o monitoramento da cidade.

De todo modo, nenhum outro setor de infraestrutura foi tão impactado nos últimos anos quanto o saneamento básico. Após a edição do Marco do Saneamento, houve um expressivo ingresso do setor privado provocado pela necessidade de licitação para a contratação dos prestadores de serviço. Com isso, a prevalência das empresas estatais estaduais tem sido aos poucos substituída por parcerias público-privadas focadas na ampliação da infraestrutura e na melhoria dos serviços.

Nesse sentido, melhorar a capacidade técnica e financeira do setor público por meio de consórcios intermunicipais e capacitar as equipes para buscar recursos de diferentes fontes são estratégias que podem impulsionar o crescimento econômico e social das regiões atendidas.

I. Urbanismo

1) Regularizar as propriedades do município, garantindo o direito de propriedade a todo cidadão.

- Intensificar um programa de regularização fundiária, para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua Habite-se, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.
- Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.

2) Desburocratizar as regras de construção civil, reduzindo custos e ampliando as obras e investimentos no município.

- Reavaliar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão em diversos empreendimentos.
- Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.
- Revisar e atualizar o Plano Diretor, simplificando regras, reduzindo risco de incertezas e modernizando o sistema.
- Nos municípios que já possuem leis de zoneamento urbano vigentes, revisá-las a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas da cidade, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.
- Criação de uma estruturação da secretaria, visando a implementação da diretoria de assuntos jurídicos a fim de

regulamentar o apoio ao cidadão e flexibilizar de fato questões jurídicas.

3) Promover programas de moradia popular, buscando reduzir ou eliminar o déficit habitacional.

- Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.
- Implementar o Aluguel Social, um subsídio de aluguel para auxiliar pessoas de baixa renda e populações vulneráveis a poderem locar imóveis de acordo com suas necessidades.

4) Compartilhar a gestão, o desenvolvimento e a manutenção de espaços públicos com empresas ou associações privadas locais.

- Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas.
- Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (*Business Improvement Districts*) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos.

5) Revitalizar centros ou áreas degradadas e abandonadas e implementar intervenções urbanísticas para melhorar a segurança da cidade.

- Propor legislação de *retrofit* ou requalificação de construções antigas, simplificando os processos de autorização para reformas e reabilitações de edifícios antigos ou degradados.
- Revitalizar centros urbanos por meio da facilitação do processo de demolição de edifícios e da construção de novas estruturas.

- Implementar ações de zeladoria, patrulhamento e projetos de revitalização urbanística, com a possibilidade de parcerias.

II. Mobilidade

1) Implementar uma gestão mais eficiente de Mobilidade Urbana no município.

- Revitalizar terminais de táxi e mototáxi por meio de projetos que ampliem as atividades comerciais e culturais oferecidas aos usuários do transporte.

2) Promover novas alternativas ao uso do carro, diversificando a rede de transporte e reduzindo o trânsito e o tempo de deslocamento.

- Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, serviços baseados em tecnologia, facilitando e apoiando inovações no setor.
- Requalificar vias centrais, promovendo alargamento e acessibilidade, criando novas zonas de estacionamento e zonas de parada.
- Implementar um programa de testes para faixas dedicadas a motocicletas nas vias expressas, acompanhado de um monitoramento para medir os impactos e resultados dessa iniciativa.
- Incentivar o uso de modais como a bicicleta e o patinete, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.

3) Promover a segurança no trânsito, reduzindo acidentes, lesões, óbitos e prejuízos.

- Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.

- Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções como, lombadas, sinalização horizontal e vertical definidos em norma e videomonitoração.
- Implementar intervenções de planejamento urbanístico para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
- Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego, se existir, ou elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.

4) Fomentar a expansão da infraestrutura da rede viária e da acessibilidade, assim como a mobilidade urbana, assegurando elevados padrões de qualidade.

- Instituição de um projeto sustentável para a recuperação de vias vicinais, utilizando tecnologias pesquisadas e fundamentadas, como o piçarramento, com o propósito de garantir a durabilidade, a eficiência das obras, bem como fomentar a mobilidade e a acessibilidade.
- Requalificação de passagens molhadas utilizando tecnologias para o aprimoramento e funcionalidade das mesmas, instituindo a construção de galerias pluviais em conformidade com a topografia local.
- Expansão da pavimentação asfáltica e pavimentação em pedra tosca nos distritos rurais, visando aprimorar a infraestrutura viária e facilitar a mobilidade das comunidades locais.
- Implementação de um projeto de modernização viária utilizando tecnologias de pavimentação em intertravado nas zonas centrais e nas vias de interligação entre bairros, objetivando aprimorar a infraestrutura urbana e assegurar maior durabilidade e estética às vias públicas.

- Realização de um amplo programa de revitalização e modernização da infraestrutura de iluminação pública na sede do município e na zona rural, incorporando inovações tecnológicas avançadas que garantirão maior eficiência, sustentabilidade e acessibilidade para toda a população.
- Desenvolvimento de uma infraestrutura estratégica para o escoamento de mercadorias, incluindo a construção de centros de distribuição modernos e a ampliação de vias de acesso. Este projeto visa otimizar o fluxo logístico e reduzir custos operacionais, fortalecendo a cadeia de suprimentos e promovendo um ambiente econômico eficiente e competitivo.

III. Saneamento Básico

1) Melhorar a capacidade técnica e de gestão para elaboração e orçamento de projetos e captação de verbas privadas, estaduais e federais.

- Criar ou expandir consórcios de cidades para a contratação de empresas de projeto, engenharia e outras relacionadas, otimizando custos e elevando o nível técnico dos projetos.
- Capacitar a gestão e equipes técnicas para captar recursos públicos por meio de convênios e editais com o estado, emendas parlamentares ou projetos em programas de investimento da União.

2) Implementar legislação e processos que contribuam para a entrega de obras dentro do orçamento e no prazo planejado.

- Aprovar legislação de *Dispute Boards*, onde o contrato de uma obra também assinala um corpo de especialistas independentes que delibera sobre disputas que podem ocorrer nas obras, evitando a judicialização.

3) Melhorar a infraestrutura necessária para a prestação dos serviços públicos municipais por meio de concessões e da municipalização de alguns ativos públicos.

- Realizar convênios com o estado para a municipalização de rodovias estaduais importantes para a cidade.
- Avaliar a viabilidade e a pertinência de instalar um centro de inteligência de dados no município por meio de concessão.
- Avaliar a viabilidade de modernizar o parque de iluminação pública da cidade como primeiro passo para a implantação de uma cidade inteligente (*smart city*), integrando diversos serviços públicos com uma malha inteligente (*smart grid*), por meio de parceria público-privada.

4) Alcançar a meta de universalização dos serviços de água, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, conforme previsto no Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).

- Criar o plano municipal de saneamento e elaborar, se for concessão regional, o plano metropolitano ou regional de saneamento, buscando atender às metas de universalização do Novo Marco do Saneamento.
- Melhorar nos contratos vigentes dos serviços de varrição, capinação e coleta de resíduos sólidos no turno noturno e modernização dos equipamentos, a fim de otimizar a eficiência operacional e minimizar o impacto nas atividades diurnas da cidade.

V. EIXO ESTRATÉGICO - MEIO AMBIENTE

A sustentabilidade e a preservação ambiental são temas que vêm sendo amplamente discutidos, refletindo uma crescente preocupação com o equilíbrio ecológico e com a gestão responsável dos recursos naturais. Essa conscientização é impulsionada pelas evidências crescentes das mudanças climáticas e pela urgência em adotar práticas sustentáveis para garantir a qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

No Índice de Desempenho Ambiental de 2022, desenvolvido pelas universidades de Columbia e Yale, o Brasil ficou em 81º lugar de 180 países estudados. Foram avaliados 40 indicadores relativos à saúde ambiental, proteção de ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas. O Brasil registrou baixo desempenho em diversas categorias, ficando entre as piores do mundo em algumas delas, como reciclagem. Além disso, o país enfrenta desafios com a perda de cobertura florestal e o lançamento de plástico nos oceanos.

Por fim, algumas cidades enfrentam desafios como o despejo de esgoto não tratado diretamente nos rios e os lixões a céu aberto, bem como a ausência de coleta seletiva e reciclagem. É importante mencionar que um saneamento básico adequado é essencial para a proteção do meio ambiente. Nesse sentido, o Novo Marco do Saneamento promoveu a atração de investimentos e mais transparência para o setor, reduzindo a participação das estatais estaduais de águas e aumentando o número de projetos de concessões e parcerias público-privadas de tratamento de água e esgotamento.

Segundo as diretrizes constitucionais, é dever de todos os entes proteger o meio ambiente e combater a poluição em suas múltiplas formas. Essa responsabilidade inclui a gestão de áreas verdes, fauna, flora e a implementação de políticas para a preservação ambiental. Além disso, os municípios detêm a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual conforme necessário, podendo definir exigências adicionais às regras de licenciamento ambiental e até serem responsáveis por licenciar empreendimentos de menor porte.

I. Meio Ambiente e Sustentabilidade

1) Educar a população sobre a preservação ambiental para promover hábitos sustentáveis.

- Desenvolver programas educacionais para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, os impactos negativos das queimadas e as consequências da poluição da água.
- Organizar campanhas de conscientização sobre os problemas do abandono animal e promover a adoção responsável e castração de animais de estimação.

2) Estabelecer Parcerias Público-Privadas para a manutenção e operação de parques públicos urbanos, explorando o potencial turístico e aprimorando a experiência dos visitantes.

- Buscar parcerias para a requalificação e modernização das instalações dos parques, incluindo aprimoramento de infraestruturas como trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer.
- Desenvolver serviços de apoio ao ecoturismo, realçando a beleza natural e os atrativos dos parques, enquanto se promove a conservação ambiental e a educação ambiental.
- Oferecer uma gama diversificada de serviços, como alimentação e atividades recreativas, para melhorar a experiência dos visitantes e aumentar a receita dos parques.
- Garantir que o processo de concessão seja transparente, com clara definição de responsabilidades e expectativas para os operadores privados, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dos parques.

3) Firmar parcerias entre setores governamentais, terceiro setor e setor privado para a preservação de áreas verdes e o bem-estar animal.

- Identificar e divulgar organizações dedicadas ao acolhimento de animais e locais onde é possível adotar animais de forma responsável.
- Criar colaboração entre o governo e associações para viabilizar a castração de animais domésticos, de rua ou que estejam em abrigos, a fim de controlar a população de animais sem lar.
- Estabelecer parcerias entre governo, setor privado, autoridades locais e organizações ambientais para preservar áreas verdes, monitorar e proteger áreas de risco ambiental.
- Estabelecer parcerias para viabilizar um sistema de vigilância para detectar e prevenir queimadas e desmatamentos.
- Pleitear a revitalização do rio Canindé juntamente com a urbanização e paisagismo da cidade.

4) Implementar sistemas de reciclagem, gerenciamento de resíduos e realizar a limpeza e despoluição de rios e lagos.

- Apoiar a formação de cooperativas para coleta do material reciclável, incentivando a coleta seletiva e reciclagem.
- Estabelecer centros de compostagem e reciclagem, preferencialmente por meio de parcerias público-privadas.
- Por meio de campanhas, incentivar os moradores a separarem o lixo orgânico e reciclável, ao modo de ecopontos, inclusive as crianças e adolescentes, em parceria com a pasta de educação.
- e, ainda estejam em conformidade com as normas ambientais.
- Promover a capacitação contínua de servidores das Secretarias de Meio Ambiente e estabelecer um processo de seleção técnico para a contratação de novos funcionários, buscando a excelência e a eficiência nos serviços.
- Desenvolver canais de denúncias acessíveis para o público reportar problemas ambientais e abusos e abandono de animais.

- Identificar áreas de conflito ambiental e atuar como mediador para encontrar soluções equilibradas.

5) Desenvolver uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável, integrando conceitos de cidades inteligentes e adensamento urbano para preservar áreas naturais e otimizar a vida urbana.

- Implementar políticas de uso eficiente da água, incluindo a instalação de sistemas de captação de água da chuva em prédios públicos.
- Promover a arborização das ruas e a criação de corredores verdes que conectem diferentes áreas da cidade, proporcionando espaços para recreação e tornando as calçadas mais caminháveis.
- Buscar soluções econômica e ambientalmente viáveis para a renovação das frotas de veículos municipais, com foco na redução de poluentes.
- Executar inspeção e auditoria nas redes de água e esgoto para localizar e desativar conexões ilegais que se ligam ao rio.
- Realizar estudos de viabilidade econômica para implementação de sistemas de eficiência energética e hídrica em infraestrutura existente ou a ser construída, como fossas verdes.
- Ampliação da rede coletora e de tratamento de esgoto e da drenagem de afluentes decorrentes de águas pluviais.